



I Representação Parlamentar I



Plano e Orçamento 2016

Deputada Zuraida Soares

Hoje, tomou posse o XXIº Governo constitucional. Um governo do Partido Socialista, o qual resultou de uma maioria parlamentar, consequência do voto popular, nas eleições do passado dia 4 de Outubro.

Um governo legítimo, no quadro da Constituição e da Lei, resultante de um processo democrático, transparente e responsabilmente assumido.

O Bloco de Esquerda cumpriu a sua palavra, dada aos portugueses/as, ainda durante a pré-campanha eleitoral.

Decidimos o apoio a um governo, na base de condições que, no essencial, podemos resumir assim: - pôr um ponto final na austeridade e defender salários, pensões e serviços públicos de qualidade, postos ao serviço das pessoas, preservando, ao mesmo tempo, o que é, colectivamente, nosso.

Os acordos que foi possível estabelecer entre PS, Bloco de Esquerda, PCP e Verdes, são a base do programa de governo, ou seja, repor salários e pensões e ter ganhos de estabilidade e poder de compra, para a esmagadora maioria dos/as portugueses/as, que sofreram o inferno, às mãos do governo PSD/CDS.

É verdade que não é o programa de governo defendido pelo Bloco de Esquerda, até porque não contem as medidas que, estruturalmente, consideramos indispensáveis para a situação que o país vive.

Mas o acordo alcançado permite por fim à austeridade e criar as bases para novos ganhos, na vida das pessoas e no imprescindível desenvolvimento da economia, afim de combater o desemprego.

O Bloco de Esquerda, tal como foi fiel à palavra dada aos/às eleitores/as, sê-lo-á, também, sem hesitações, na fidelidade ao acordo alcançado.

Não temos dúvidas de que as políticas e medidas acordadas, ao nível da República, trarão, também, para os/as açorianos/as, melhorias significativas, nas suas condições de vida.

A realidade de emergência social que se vive na Região exige medidas mais fortes, as quais estão ao alcance das competências regionais.

Os indicadores sociais mostram que, nos Açores, a pobreza estrutural não diminui e a precariedade, no trabalho, é a maior do país.

O desemprego diminui, é certo, mas à custa de programas públicos, onde estão mais de 6.000 açorianos/as, os/as mesmos/as que atenuam o problema estatístico, mas permanecem sem perspectiva de futuro.



I Representação Parlamentar I



Sobre o emprego criado, as mesmas estatísticas também mostram que 85% destes novos empregos são precários e têm, por base, o salário mínimo regional.

Significa isto que estes/as trabalhadores/as levam para casa 472 euros por mês. Lembremos, a este propósito, que o limiar de pobreza definido pela ONU é de 418 euros.

E lembremos, também, que a grande maioria destes novos empregos, para além de precários, ou não são a tempo inteiro, ou são sub-emprego.

Mas se esta situação é a ponta do iceberg, não podemos esquecer que o desemprego absoluto se cifra em 12,1%.

Estamos perante uma autêntica situação de emergência social que o Partido Socialista/Açores conhece, mas que, por razões de conveniência política, finge não existir, optando por um discurso cor de rosa, sobre a situação dos/as açorianos/as.

O tipo de discurso que utiliza quase insinua que os Açores estão bem, os/as açorianos/as é que estão mal!

Diz o Governo Regional que o rendimento per capita subiu - e assim é, segundo as estatísticas. Mas, em contraponto, lemos nos jornais regionais (fazendo eco das preocupações das instituições sociais que trabalham no terreno) que, em Ponta Delgada, no mês de Outubro, subiu o número de pessoas que procuram refeições e subiu de forma constante.

Esta manipulação de números é inaceitável e mostra quão falaciosa é a propaganda do Governo.

Há mais riqueza produzida na Região, sim. Mas os mesmos de sempre ficam com o grosso dela e, para a maioria, vão migalhas.

Infelizmente, este Plano e Orçamento não dá resposta a esta emergência social, como também não ataca as crescentes desigualdades sociais.

O sector do Turismo teve, no último ano, um crescimento assinalável. Rezam os dados oficiais que os proveitos deste sector, em milhões de euros, cresceram acima dos 20%.

Quando a esmagadora maioria dos seus trabalhadores ganham o salário mínimo, não seria justo - como propõe o Bloco de Esquerda - um aumento, intercalar, de 30 euros mensais, já a partir de 1 de Janeiro?

Não! -diz o Partido Socialista.

Afirma o Governo que a saúde das finanças regionais se recomenda e que a arrecadação de impostos ficou acima do esperado, pelo próprio Governo.

Tendo em conta esta situação, então, o Bloco de Esquerda propõe:

- estender o diferencial fiscal de 30% ao segundo escalão do IRS, porque não acreditamos que um ordenado de 1.400 euros mensais seja de rico;



I Representação Parlamentar I

- de acordo com as competências do Governo, diminuir, em 2%, o IVA máximo;
- aumentar o cheque pequenino em 15 euros mensais, para quem ganha pensões abaixo do salário mínimo regional;
- implementar, nos Açores, um programa supletivo do rendimento social de inserção, para pessoas e famílias que não têm qualquer apoio social, combatendo assim a fila para as refeições e respeitando a dignidade das pessoas;

A tudo isto o Governo Regional e o Partido Socialista/Açores disseram- Não!

Não se compreende! Se está tudo bem nas finanças regionais; se se arrecadou mais dinheiro de impostos; porque não redistribuir a riqueza de uma forma que alivie as famílias e, ao mesmo tempo, dinamize a economia?

As pessoas que ganham até 1.400 euros por mês e que foram indecentemente roubadas, em impostos, pelo governo PSD/CDS, não têm contas off-shore, assim como os pensionistas e reformados também não. Todo o pouco dinheiro que recebam vai no imediato para a economia.

As empresas desta região trabalham, fundamentalmente, para o mercado interno. Logo, vendiam mais; logo, podiam empregar mais gente e pagar melhor.

Mas se não fosse triste, o curioso da questão é que estas medidas fazem parte da doutrina económica - em tese - de muitos dirigentes regionais do PS. Mas quando o Bloco as quer levar à prática, já não estão de acordo.

Em contrapartida, assistimos ao Governo entregar a uma empresa cerca de 6 milhões de euros, para produzir energia eléctrica que já está toda vendida à EDA.

Negócio garantido e apoiado, mas fazendo concorrência a uma empresa maioritariamente pública.

Em contrapartida, assistimos ao Governo entregar apoios a uma empresa - cerca de 3 milhões de euros - para realizar a radioterapia. Garante a esta empresa o fornecimento dos seus serviços por 10 anos e - já se sabe - que ao preço mais alto realizado em qualquer parte do país.

Quando este serviço podia ser público, instalado por muito menos dinheiro e os tratamentos, no mínimo, ficarem ao preço do continente.

Só o dinheiro gasto nestes negócios, pouco claros, davam para pagar parte substancial das propostas que o Bloco de Esquerda fez neste orçamento e que o PS vai chumbar.

O Orçamento apresentado pelo Governo Regional, mais uma vez, significa 'continuidade', continuidade essa que, já nos anos anteriores, não respondeu à gravidade dos problemas sociais que se vivem nos Açores.



I Representação Parlamentar I

Para além destas propostas, fizemos outras, em áreas tão diversas como o desenvolvimento da economia, protecção dos consumidores, reabilitação urbana, redução dos passes sociais dos transportes, fim das taxas moderadoras, por exemplo. Até este momento, nenhuma delas mereceu a aprovação do Partido Socialista.

Logicamente, por considerarmos que as opções fundamentais deste Plano e Orçamento não servem os Açores, não o podemos viabilizar.

Não quero deixar de aproveitar esta ocasião para mostrar o meu regozijo por, actualmente, na nossa Região, haver um consenso entre todas as forças políticas, pela necessidade urgente de implementar, no Faial, o centro internacional de investigação das ciências do mar e alterações climáticas. Há dez anos que o Bloco defende este Centro e, durante muito tempo, de forma solitária.

Não o fizemos por devaneio, mas por ser uma necessidade absoluta, para a região e para o país. Para nós, este centro representa a futura economia de uns Açores desenvolvidos, com empregos qualificados e base de um futuro sector de ponta, em áreas como a biotecnologia e, não menos importante, a defesa dos Açores e da nossa natureza, contra a depreciação do nosso solo e subsolo marítimos.

Agora, que estamos de acordo, a luta é comum, em nome dos Açores.

Mas se o meu regozijo é sincero, no que respeita à unanimidade sobre a necessidade deste centro, já o mesmo não poderei dizer sobre outro pilar do futuro da nossa economia, que é a nossa posição geoestratégica. Infelizmente, tornar a nossa posição geoestratégica como factor de uma economia avançada está, ainda hoje, bloqueada por interesses políticos e militares, estranhos aos interesses do Açores.

Tal como em relação ao Mar, o Bloco de Esquerda não desistirá do desenvolvimento desta vertente da nossa economia e tal como lutámos dez anos para a realidade se impor - com o centro de investigação do mar - também não desistiremos da luta por transformar a nossa posição geoestratégica em factor de economia avançada e empregos qualificados.

Os açorianos e açorianas sabem que o Bloco de Esquerda não desistirá desta luta, até a realidade se impor e criar consenso de vontades.

Não desistiremos desta luta, nem de muitas outras, porque não desistimos do futuro dos Açores!

Horta, 26 de Novembro de 2015